



Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na Audiência Pública sobre a Política Municipal de Atenção à Saúde Integral da População LGBT

(31/3/14, às 19h, na Galeria Olido)

Boa noite a todas e todos,

É uma grande satisfação estar presente nesta audiência para discutir a Política Municipal de Atenção à Saúde Integral da População LGBT.

Cumprimento meu companheiro Paulo Puccini, secretário municipal de saúde adjunto, a Dra. Maria Clara Gianna, coordenadora do programa estadual DST/AIDS, representando o secretário estadual de saúde e a Dra. Vanessa Vieira, representando a Defensoria Pública do Estado. Ao cumprimentá-los saúdo todos os presentes.

Em outubro do ano passado estive presente no seminário que apresentou o Plano Operativo da Política de Saúde Integral da População LGBT. Depois desse evento, o plano foi reapresentado em dezembro no Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, e entre dezembro do ano passado e janeiro desse ano vocês puderam contribuir com o documento, por meio de uma consulta pública realizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

A política de atenção à saúde integral LGBT também foi uma resposta às demandas apresentadas pela comunidade LGBT no diálogo que realizamos no começo de 2013, e também consolida as diretrizes da política nacional do Ministério da Saúde, que, por sua vez, é fruto das conferências nacionais LGBT realizadas em 2008 e 2011.

Esse trajeto para construção do Plano, que tem mais uma etapa nesta Audiência, é coerente com a concepção de participação social como método de gestão adotada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Não é possível fazer a boa política sem escutar os movimentos sociais, os especialistas, as organizações historicamente comprometidas com as mais diversas causas dos direitos humanos. Isso não é uma benemerência do poder público. É um direito garantido constitucionalmente e também a forma de qualificar a política, garantir adesão e efetividade na ponta e atender efetivamente às necessidades das pessoas.

A coordenação de políticas para população LGBT da nossa Secretaria atua na articulação de ações no conjunto de governo que se traduzam em uma política adequada de promoção da cidadania LGBT. Isso porque compreendemos que apenas a gestão transversal é capaz de responder às demandas que se impõem e trazer resultados efetivos.

Nesta perspectiva, o Plano que estamos discutindo hoje foi elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Depois desta audiência, o Plano será revisado pelo Grupo Técnico

composto pelas duas Secretarias e apresentado, por fim, ao Conselho Municipal de Saúde.

O processo de construção desse Plano é longo, mas importante para garantir a sua qualidade com participação social. De todo modo, as iniciativas concretas não estão paradas e já observamos avanços. Na última sexta-feira, por exemplo, foi publicada a portaria que cria o Comitê Técnico responsável pela definição do protocolo de compra, distribuição e uso de hormônios por travestis e transexuais na rede municipal de saúde.

A previsão de duração deste Plano é de 2 anos para facilitar o monitoramento. Entre suas ações, prevemos a criação do Comitê Técnico que vai assessorar, monitorar e avaliar a política, assim como conceber a sua próxima versão. Ou seja, estamos falando de um Plano complexo e em constante transformação, que pode ser sempre aprimorado e, principalmente, adequado às necessidades mais contemporâneas da população LGBT.

O Plano é considerado de vanguarda entre as capitais: São Paulo é a primeira grande cidade a construir uma política municipal de saúde específica para o segmento LGBT, de forma transversal e participativa.

Essas são políticas importantes para atender às especificidades da saúde de LGBTs, que enfrentam cotidianamente os estigmas e preconceitos, até mesmo na hora do atendimento na saúde.

Na São Paulo que queremos não há espaço para preconceitos e vamos trabalhar para que sempre esteja preparada para cuidar das especificidades de cada cidadão e cidadã.

Aproveito para anunciar que conseguimos resolver as pendências administrativas relacionadas ao POT e a partir de 4ª feira as beneficiárias poderão assinar os novos termos de contrato. Com isso também conseguiremos encaminhar os processos de pagamento atrasado, que serão efetuados o mais rápido possível. Faremos todos os esforços para que essas situações não voltem a acontecer nunca mais. Vocês têm todo o nosso respeito.

Enfim, quero ressaltar que estamos no ano, e hoje especificamente no dia em que marcamos o cinquentenário do golpe de Estado que instituiu uma ditadura-civil militar no país. Além de todas as atrocidades generalizadas do período, o regime perseguiu de forma ainda mais violenta a população LGBT, considerando a orientação sexual uma espécie de “agravante” à resistência política. Pior, os próprios militantes muitas vezes discriminavam seus companheiros por isso.

Devemos conhecer a história para nunca mais repetir, e a elaboração de políticas públicas que fortalecem a garantia de direitos, especialmente de populações historicamente perseguidas, é um passo importante para a construção da nossa história, para a substituição de uma cultura de violência arraigada por uma cultura de direitos.

Vamos em frente! Forte abraço e obrigado.